

UMA TRAVESSIA PELO SERTÃO LUSÓFONO

A CROSSING THROUGH THE LUSOPHONE BACKLANDS

Paulo Bernardo Vaz *

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS / UFMG
paulobvaz@gmail.com

Resumo:

Perigos para a ultrapassagem de obstáculos aparentemente intransponíveis são recorrentes na história da expansão portuguesa, em inúmeras obras literárias e em narrativas mediáticas de nosso cotidiano. Estas reflexões giram em torno das atitudes tomadas pelos sujeitos envolvidos nesses embates, especialmente no mundo lusófono, no qual julgamos encontrar algumas características facilitadoras do enfrentamento de situações-limite, que vão do mais restrito nível individual ao mais amplo nível político. Somos instados a isso por dois autores portugueses, M. Martins e E. Lourenço, cujas reflexões fazem recurso ao brasileiro J. G. Rosa, em cujo sertão aparecem reiteradas travessias, que se dão plenas de incertezas, riscos e perigos. Voltamo-nos para campo mediático para indagar se através da expressão lusófona não poderíamos almejar uma comunicação mais eficaz, em nível mundial. *Palavras-chave:* comunicação lusófona, sertão, travessia.

Abstract:

The Portuguese expansion often shows the dangers of overcoming obstacles that are apparently insurmountable in several literary works and media narratives of everyday life. These reflections revolve around actions taken by the individuals involved in confrontations, especially in the Lusophone world, in which we seem to find characteristics that facilitate coping with extreme situations, ranging from the most limited individual level to the broadest political one. We are provoked to do so by two Portuguese authors, M. Martins and E. Lourenço, who in their thoughts turn to the Brazilian writer J. G. Rosa, whose backlands are full of uncertain, risky and dangerous crossings. Focusing on the media field, we aim to investigate whether we would be able to aspire, on all levels, to a more efficient communication worldwide through the Portuguese way of expression.

Keywords: Lusophone communication, backlands, crossing

* Professor visitante no Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da UFSC, colaborador nos Programas de Pós-Graduação em Comunicação Social da UFMG e em Estudos Culturais da FUMEC. Na UFMG integra o GrisPress, Grupo de Estudos sobre a Cultura do Impresso do GRIS – Grupo de Pesquisa Imagem e Sociabilidade.

Sertão é isto: tudo incerto, tudo certo.
(J.G.Rosa: *Grande Sertão: Veredas*)

Aventurar-se em alto mar

Quem quer passar além do Bojador / Tem que passar além da dor
(Fernando Pessoa: “Mar Português” in *Mensagem*)

Em 1434, navegadores lusitanos avançaram pela costa atlântica da África tentando encontrar um caminho marítimo para o Oriente. Uma citação literária exemplifica o desbravamento do sertão, no caso, sertão oceânico, rompendo perigos e obstáculos considerados intransponíveis. Elaine Sanceau narra a emblemática passagem do Cabo Bojador, no século XV denominado “Cabo do Medo”: “O fim poderia estar distante no tempo e no espaço, enormes provas e fadigas podiam aparecer no caminho (...)”. (Sanceau, 2013: 123). Contudo, precisamente naquele tempo e lugar os navegadores se obrigaram a fazer uma travessia que mudou o curso da história. A quem creditar o mérito do grande feito? À bravura e determinação de quinze navegantes que, sob a ordem do comandante Gil Eanes, giraram o timão manobrando a nau em meio ao oceano, negando a existência de monstros marinhos *habitués* nas cartas marítimas coetâneas? O crédito seria dado à pertinácia do infante Dom Henrique que, em Sagres, permanecia às voltas com mapas, instrumentos de estudo e todo o aparato de construção náutica que comandava em nome d’el rei? Decerto deve ser considerado o conjunto de ações preparatórias que traçaram rotas jamais percorridas, permitiram o avanço mar adentro com a transposição de obstáculos em pleno mar. Mas deve ser levada em conta sobretudo a decisão tomada pelo comandante que mandou avançar diante do desconhecido. O que poderia resultar em temeroso e trágico fim de viagem, tornou-se novo princípio. “Com a passagem do cabo Bojador dera-se o primeiro passo na senda que através do mundo havia de levar até a Índia” (*ibid.*: 123).

Desnecessário é lembrar que as grandes viagens dos navegadores lusitanos ao Extremo Oriente, passando pela costa africana e, depois, ao Brasil pela rota transatlântica, propiciaram a ampliação do mundo lusófono, geográfica, étnica, política e culturalmente. Gostaríamos de reforçar o que nos lembra Moisés de Lemos Martins (2013:13) sobre esses avanços,

“colocando-se a questão (...) de uma descoberta noética, também a de uma filosofia da integração, e ainda a de uma ideologia de dominação, enquanto conexões da relação com o mundo diverso”. O conceito de lusofonia, estudado por Lurdes Macedo (2013), na sequência de Martins, Sousa e Cabecinhas (2007), esclarece ainda mais, por ampliar e compreender duas expansões, tanto na história da colonização – através da expansão marítima – como na história pós-colonial – através da navegação *online*. Destacando as atitudes que aqui exemplificaremos como propulsoras de conhecimentos e de desenvolvimento, apontamos para o interessante ponto de vista de Lurdes Macedo (2013) sobre a “diversidade do mundo” relativo “ao mundo diverso” que compomos, nós, lusófonos, desde os tempos pré-coloniais.

Referimo-nos brevemente à história da formação e expansão de Portugal apenas para chamar a atenção para a importância dos aportes de diversos povos, e as consequentes misturas e miscigenações ocorridas naquele universo que é o nosso. De sua rica e longa história, não pinçamos mais do que três datas para destacar os seguintes pontos: 1290, adoção da “língua vulgar”, o galego-português, como língua oficial na extremidade ocidental da Península Ibérica; 1297, definição das fronteiras territoriais de Portugal, até hoje mantidas; e 1434, ultrapassagem do cabo Bojador, abrindo a rota para as Índias.

Chamamos especialmente a atenção para a riqueza do Português, resultante da mescla de variadas línguas trazidas pelos romanos, bárbaros, árabes e judeus, povos que coabitando naquela região permitiram a (trans) formação da língua portuguesa. Não se deve negligenciar o processo de enriquecimento linguístico também proporcionado por distanciados povos após os descobrimentos, do mais distante Oriente até a América do Sul passando pela África, integrados em uma comunidade ultramarina cujo poder manteve-se centralizado em Lisboa até inícios do século XIX. Tais riquezas são advindas de encontros e confrontos entre povos tão distantes, étnico-racialmente diferentes, que redundaram na formação da própria lusofonia. Como teriam ocorrido esses entrecruzamentos? Certamente com embates e temerosos enfrentamentos. Perguntamo-nos, entretanto, se desde a Idade Média os portugueses tivessem se mantidos isolados em seu próprio território, postos em sossego em suas cidadelas inexpugnáveis,

que limites teria o mundo lusófono no século XXI senão os das fronteiras definidas em 1297?

A despeito do que afirma Moisés de Lemos Martins (2014: 18), que “a expansão marítima ocidental seguiu a lógica da cultura da unidade”¹ excludente, ponderamos que o encontro com os diferentes povos – certamente feito com o intuito de dominação – teria promovido, a longo prazo, uma cultura de mistura. Enxergamos no mundo lusófono, a partir de um ponto de vista pós-colonial, a miscigenação resultante de movimentos de resistência de povos dominados e dominadores. O que mais chama nossa atenção é a riqueza dessa assimilação, depois de vencidas as três etapas no processo de colonização na expansão marítima portuguesa: “descoberta e encontro”, “integração” e “dominação” (*Ibidem*: 18, nota 4).

Martins, convocando Derrida, atenta para a importância do pensamento da diferença na construção de “identidades indefinidas e infinitivas, conformes à nossa condição híbrida e em sociedades multiculturais.” (*ibidem*: 19). Esse pensamento da diferença é fundamental para a compreensão do que Moisés de Lemos Martins chama de

cultura do múltiplo e da participação, a da multiculturalidade, manifesta no surgimento de uma vasta panóplia de países diferentes e multiculturais, fundados na riqueza de muitas línguas, na mistura de muitas etnias e na explosão de uma multiplicidade de narrativas. Também este é o espaço da lusofonia, um espaço plural num contexto pós-colonial. (*Ibidem*: 21-22)

Aqui está uma primeira pista para nossas reflexões sobre decisões às vezes tomadas no escuro ou no lusco-fusco com a indefinição de formas e cores no ambiente; sobre o enfrentamento do desconhecido à nossa frente; sobre a possibilidade do encontro com o diferente, cuja estranheza pode parecer perigosa, mas que também pode exigir a ultrapassagem de fronteiras e o traçado de novas trilhas para ampliação de horizontes.

Voltando nossos olhos para acontecimentos no mundo contemporâneo, podemos observar intolerâncias de graves consequências em torno da ignorância sobre o que se passa do outro lado de nossas próprias pare-

1 Por considerar que “o território, ou melhor, o mundo era uno; a igreja era una; o Estado era um; a família era una; a história era igualmente una, e ainda por cima declinava uma narrativa da salvação; enfim, a verdade era única e eterna” (Martins, 2014: 18).

des. Se em âmbito privado informações particulares são cada vez mais compartilhadas através de redes sociais, em âmbito público, quanto mais desenvolvidas e sofisticadas as tecnologias de informação, maior parece ser a disputa política pelo acesso a segredos de Estados estrangeiros.

Recortamos, em primeiro lugar, o acontecimento de espionagem que recentemente, ao vir à luz, implicou chefes de Estado de várias nações. Em matéria intitulada “A era dos bisbilhoteiros” Antônio Luiz M.C. Costa (2013: 29) diz que sobre essa obsessão do governo norte-americano de espionar tudo e todos

mais nada tem a ver com defesa, luta contra terrorismo ou ‘segurança nacional’. (...) Trata-se de garantir vantagens para o país e suas empresas e compensar em parte seu relativo declínio político e econômico por meio do controle total da informação. Deter os meios para conhecer e frustrar os planos de concorrentes de países rivais ou teoricamente amigos e para recorrer à sabotagem cibernética quando convier.

Sem adentrar nos campos da Ciência Política, História, Ciências Sociais e mesmo da Psicologia, recursos certamente necessários para a obtenção de respostas a questões pertinentes sobre as razões dessa contumaz curiosidade e premência de saber sobre o que se passa e se diz além das próprias fronteiras, trazemos algumas indagações sobre a insuportabilidade desse desconhecimento do que se passa no terreno alheio. Perguntamos se tudo aquilo que ignoramos à nossa volta teria de ser mesmo de nosso domínio, sem o quê sentimo-nos ameaçados? Tudo que não dominamos requer a tomada de ações imediatas, mesmo intempestivas, para o dar-se conta daquilo que não se sabe? O que se desconhece, afinal, representa alguma ameaça para quem ignora?

Em segundo lugar, recortamos um pequeno acontecimento repercutido mundialmente, o da tragédia ocorrida em Washington no dia 3 de outubro de 2013, em consequência do desconhecimento de um fato por policiais. Uma cidadã norte-americana negra foi metralhada no interior de seu carro por seguranças nos arredores da Casa Branca. Na perseguição, milagrosamente, salvou-se a filha pequena da motorista baleada, que também se encontrava no veículo. Na divulgação da notícia deram a entender que os policiais agiram impulsivamente, atirando no carro

por *não saberem* o que estava ocorrendo, pois a confusão teve início com o abalroamento do carro nas grades do palácio presidencial. Na tentativa de ser parada, a motorista saiu em disparada, seguindo-se a perseguição e seu fuzilamento. Só depois de chumbado o veículo, identificaram a vítima, concluindo que ela não era propriamente uma perigosa agressora como *supuseram*, senão uma mãe de família que sofria de problemas mentais. Nas telas dos noticiários internacionais, nós, telespectadores não lemos *The End* de filmes hollywoodianos, mas foi como se lêssemos. Nada mais se indagou, talvez nada mais se devesse falar do que se concluiu ser um *fait divers* resultado da ação intempestiva de policiais em Washington, em vez de grave ameaça terrorista contra a sede do governo norte-americano. Mas disso só se soube *post mortem* da cidadã americana.

Será que estamos em vias de perder todo e qualquer bom senso para, a qualquer custo e em qualquer âmbito, termos o domínio de qualquer situação que tenha a aparência de ser ameaçadora? Não porque a situação, em si, represente algum perigo. Mas porque, por se desconhecer o terreno, o cenário, as personagens que atuam e, sobretudo, as intenções dos atores, a situação possa vir a representar algum perigo para quem está defronte, indivíduo ou Estado. Não haverá mais limites para ações de modo a esclarecer o que não se sabe, ouvir o não-dito, ver o não-mostrado, mesmo que essas ações sejam as mais invasivas e, naturalmente, antiéticas?

Se chamamos a atenção para esses dois acontecimentos circunscritos aos Estados Unidos da América em 2013, é porque muito significam e muito representam neste contexto de (des)conhecimento e (in)consequentes ações em todos os âmbitos. A ocorrência policial em Washington, a despeito de justificativas de reações de segurança antiterroristas após o 11 de setembro, já não tem nenhuma exclusividade geográfica ou histórica na contemporaneidade. Atitudes similares são tomadas por forças policiais em qualquer ambiente urbano do mundo sem que se pautem tais notícias nos telejornais diários noturnos e, ao se tornarem notícias, circunscrevem-se à crônica policial nos jornais locais no dia seguinte. Não se pode afirmar, com certeza, que ações de espionagem de dados como as dos serviços secretos e da NSA, sejam comandadas exclusivamente pelo governo sediado em Washington, considerando-se a existência “da confraria dos ‘Cinco Olhos’ – Estados Unidos, Reino Unido, Canadá, Austrália e Nova Zelândia, que compartilham seus dados e supostamente não espionam uns aos outros”

(CartaCapital, *ibid*: 30). O que estamos chamando de “insuportabilidade” do desconhecido à nossa volta parece se tornar recorrente na contemporaneidade, em todos os lugares. Do nível mais particular em regime privado, ao mais geral em espaço público. Aqui, ali e por todo lugar.

Frente à gravidade de uma situação que tememos estar, hoje, cada vez mais disseminada, os dois acontecimentos recortados nos fazem refletir sobre situações de afrontamento do desconhecido, histórica, geográfica e culturalmente, muito anteriores ao tempo que vivemos, hoje. Voltamo-nos para nossa própria história e cultura lusófonas à cata de situações opostas a este “enfrentamento do desconhecido”. Direcionamos nosso olhar para ações que alteraram o curso da história, que revelaram ser positivamente consequentes. Buscamos exemplos singulares na História, nos quais um ousado enfrentamento de obstáculos e adentramento em mundos desconhecidos permitia atravessá-los, e não destruí-los, para mostrar em seguida a pluralidade dessas situações na literatura, valendo-nos de uma palavra singular da Língua Portuguesa: *Sertão*. Palavra exclusiva do mundo lusófono, de origem etimológica desconhecida (obscura, cf. Dicionário Houaiss), que apareceu em seu léxico no século XV.

Devemos, aqui, trazer dois esclarecimentos. Em primeiro lugar, não reivindicamos que os exemplos trazidos do mundo lusófono apresentem absoluta exclusividade. Apresentamo-los para chamar a atenção para essas atitudes por reconhecê-las, particularmente no Brasil onde vivemos, e no universo lusófono em geral. Também recorreremos ao noticiário da atualidade e às narrativas literárias por ali nos deparar com um cotidiano prenhe de exemplos que ilustram nossa ideia. E, finalmente, se escolhemos um consagrado escritor brasileiro para garimpar em sua obra epígrafes e narrativas é porque sua leitura nos coloca não apenas frente ao sertão, mas nos permite atravessá-lo. Bem mais que geográfico, este sertão é metafísico (Lourenço, 2001: 203). Eis o argumento que muito nos atrai. Eis o que gostaríamos de desenvolver.

Em segundo lugar, esclarecemos que, ao tomar o sertão como paradigma do desconhecido, espaço aberto não percorrido, chamamos a atenção do leitor para a imprescindibilidade de uma atitude que julgamos crucial ao, nele, esbarrarmo: avançar. Avançar para atravessá-lo. Sem avanço não se poderá adquirir conhecimento. Imagine-se o leitor colocado frente ao sertão, estanca na dúvida: parar e retroceder, mantendo a

ignorância ou adentrar o terreno para conhecê-lo? Desta segunda ação resulta a travessia, que, aliás, não tem nenhuma garantia prévia de ser bem empreendida. Contudo, quem não ousar fazê-la permanecerá onde está, inerte. Não se deve esquecer que o desconhecimento do que está à frente exige a tomada de atitudes ousadas, mas cautelosas. Atirar a esmo, no escuro, como se nos defendêssemos de um suposto ataque, pode ser fatal para o outro, defronte, que não tem nenhuma intenção de nos atacar. A ousadia de se fazer a travessia é a ousadia de dar um passo à frente, procurando o conhecimento com os mecanismos disponíveis às vezes naquilo que há de próprio no ser humano: seus sentidos. Mas a aquisição do conhecimento dá-se também através dos dispositivos colocados à disposição do sujeito. Fazer bom uso desses conhecimentos com o melhor uso possível dos meios disponíveis, seria muito almejar?

Uma importante pista para nossas reflexões é apresentada por Moisés de Lemos Martins ao tratar do imaginário em tempo de crise. Em nosso ponto de vista assumir esse imaginário é conscientizar-se de atitudes tomadas na contemporaneidade. Martins (2011: 187-188) nos lembra que

Estas três formas do imaginário, o trágico, o barroco e o grotesco, são dinâmicas e, na pós-modernidade, partilham características semelhantes: em todas elas a vida e o mundo, embora palpitantes, são instáveis, ambivalentes, sinuosos, fragmentários, imperfeitos e efêmeros.

Aliás, contrariando a definição histórica de era moderna que tem o século XV como divisor de águas, cogitamos se as ações da expansão marítima lusitana não teriam adiantado seu enquadramento no período barroco em um ou dois séculos. Consideremos as características descritas por Martins (2011). Tendo como parâmetro o imaginário clássico, questionamos se as atitudes dos navegadores teriam sido mesmo “retilíneas” e certeiras, assumindo “formas lógicas, de premissas claras que concluem o certo e o verdadeiro” (*ibid.*: 189). Custamos a acreditar que os navegadores, nos momentos cruciais de decisões a serem tomadas em alto mar, submeter-se-iam às emoções dramáticas, fazendo do *logos* sua “instância última e soberana de decisão” (*ibid.*). Seus comportamentos estariam mesmo casados com as *formas sublimes* do classicismo renascentista ou se

deixariam governar por barrocas e dramáticas paixões, vivendo perigosamente emoções e sensações na incerteza da viagem em pleno oceano?

Estendemo-nos sobre as atitudes ressituidas daqueles atores renascentistas para melhor focar as ações de nossos atores contemporâneos. Em vista disso, mais uma vez citamos Moisés de Lemos Martins (*ibid.*: 192), com fecho poético de Sophia de Mello Breyner:

A percepção da crise e os sentimentos de perda e de espera são melancólicos, dado terem o sentido trágico de um problema sem solução. Na contemporaneidade, a nossa situação é, pois, de desconforto e mal-estar: os passos por onde vamos a caminho deixaram de poder apoiar-se em ‘rocha, cabo ou cais’ (Sophia Mello Breyner).

Estamos em busca dessas características na contemporaneidade, dedicando-nos a destacar formas que

Na pós-modernidade, o logos é barroco. As formas são exuberantes e confusas, ambivalentes, rugosas, conformes à natureza de um ente híbrido. Predominam na pós-modernidade as linhas curvas do tempo, as suas dobras e as superfícies côncavas, preenchidas por sombras.” “o pathos é trágico. Com efeito, o trágico é então a forma dominante do imaginário, com a existência a ser convertida em sensação, emoção e paixão.” “o ethos é grotesco: inverte a hierarquia de valores, rebaixa os valores tradicionais, fazendo equivaler todas as categorias – impõe o relativismo, ou seja, o ‘politeísmo dos valores’ (Weber), contra o dogmatismo do dever-ser. (...) O ethos é governado pelo pathos (pela sensação, pela emoção e pela paixão). (Grifos op.cit. *ibid.*: 189-190)

Com esta tríade – do trágico, do barroco e do grotesco –, Martins elenca características que reivindicamos nesta abordagem das interfaces da lusofonia. No que diz respeito à nossa razão e aos nossos discursos², podemos falar de exuberância e confusão, ambivalência e rugosidade, encontradas sobretudo na composição discursiva de seres “híbridos”. Nas linhas do tempo vemos sinuosidades e meandros de vai-e-volta que escondem

2 Esclarecemos que o emprego da primeira pessoa do plural indica que o autor deste artigo, mergulhado no oceano aqui descrito, não se furta a essa situação.

dem incertezas nas zonas de sombra ali encantoadas. Como paradigma desse hibridismo discursivo dentre os povos lusófonos queremos apontar, sobretudo para os brasileiros que tanto nos vangloriamos de nossa “miscigenação”³ com características de barroquismo não só no período colonial mas também em sua mais modernas expressões arquitetônicas nas quais pontificou Oscar Niemeyer; o estilo (neo)barroco foi igualmente apontado no cinema novo glauco e em outras formas artísticas de grandes nomes das artes plásticas como Artur Bispo do Rosário e da fotografia brasileira, na qual se destaca a obra de Miguel Rio Branco.

Se o rótulo de grotesco pode dar a entender que desqualificamos o lusófono-brasileiro com as mencionadas características barrocas de suas ações trágicas, gostaríamos de afastar mal-entendidos, ressaltando seu *plus*, posto que nelas mais enxergamos qualidades do que defeitos. Julgamos que ações de tais atores, mesmo que improvisadas – que podem ser vistas como irresponsáveis – são consequentes e impregnadas de responsabilidade. Focamos no exemplo dos pequenos erros gramaticais dos discursos improvisados do ex-presidente Lula que sempre ganharam grande repercussão na mídia brasileira. A despeito de seus deslizes verbais em sua fala coloquial, quebrando a liturgia do cargo, Lula acertava. Certamente o ex-presidente o fazia convicto da eficácia de seus discursos junto à escuta visada, a maioria da população brasileira, seus eleitores. Daquela forma erros gramaticais se transformavam em acertos discursivos na exposição do *logos* do, então, chefe da nação. Enfim, ousar correr riscos de errar pode resultar em acertos. Por isso voltamos ao sertão para trazer ilustrações dessa insegurança, que exige coragem para que seja dado o primeiro passo que permita sua travessia.

3 A este propósito, lembramos que em uma investigação feita em nível nacional no final do século XX, geneticistas procederam à análise de grupos sanguíneos dos brasileiros por região. Em Minas Gerais, curiosamente, nossa herança genética indicava a descendência mista de 33% de brancos, 33% de negros e 33% de indígenas. De modo singular, o autor deste artigo, mineiro, mesmo sem acesso a registros de sua ascendência mais distante, relata que ouvia reiteradamente seus avós afirmarem que seus ancestrais eram portugueses brancos, negros e índios.

Aventurar-se pelo sertão

Rasgamos sertão. Só o real. (J.G.Rosa: *Grande Sertão: Veredas*)

Na segunda parte de sua obra *Crise no castelo da cultura: das estrelas para os ecrãs*, ao abordar questões sobre “Acontecimento e Cultura”, Moisés de Lemos Martins menciona as interessantes “metáforas da crise, do risco e do fim”, lembrando que “sobretudo importa-nos a metáfora do perigo, porque de perigo é a situação aonde nos conduziu o projecto da modernidade.” Eis uma terceira importante pista para nossa reflexão sobre determinadas características, que, mesmo não sendo exclusivamente nossas, são encontradas reiteradamente em nosso comportamento e em nossa cultura ao longo da história: seja a de enfrentamento do perigo ante o desconhecido, seja a de atitudes improvisadas que no Brasil são chamadas de “dar um jeitinho”. Esse chamado “jeitinho brasileiro” costuma ser alvo de chacotas e críticas como se mais resultassem de ações impensadas e irresponsáveis do que fossem fruto da criatividade do ator improvisador.

Na composição da vasta obra de João Guimarães Rosa podem ser pinçadas narrativas ilustrativas de situações desafiantes e decisivas passíveis de acontecer desde o *Grande Sertão* às *Veredas*, passando pelos campos *Gerais* para chegar a qualquer ambiente urbano da atualidade. Moisés de Lemos Martins recorre à personagem Riobaldo para ilustrar a ideia da constância do perigo no cotidiano de todo ser humano (2011: 209) que, como lembramos acima, ele acentua a tônica da modernidade.

Vale se debruçar sobre a ideia dos três sertões desenvolvida por Eduardo Lourenço em estudo sobre a literatura brasileira, no qual ele destaca o mesmo clássico J.G.Rosa que “vai converter e transfigurar esses dois (primeiros) sertões, palco da história impossível, e contra-história do Brasil, num terceiro sertão” (Lourenço, 2001:214). Aqui nos atemos às menções literárias, mesmo julgando que, se remetidas estas reflexões às narrativas midiáticas da vida cotidiana, muito enriqueceríamos as discussões no campo da Comunicação Social.

O primeiro sertão a que Lourenço se refere é o de *Os Sertões* de Euclides da Cunha, que “o Brasil acolheu com paradoxal sucesso” pois a imagem lá apresentada foi a primeira que o país, ainda no século XIX teve de si próprio, como sertão. Diz Lourenço (2001: 211) que em *Os Sertões*

Não começou a vera história do povo brasileiro, mas revelou-se sua insignificância e o termo de sua pseudo-história, a qual nem fora capaz de assumir realmente a continuidade de um viver de mais de três séculos num mundo novo, nem de romper com ela, integrando com originalidade o seu novo destino de continente obcecado pelo futuro.

O segundo sertão é aquele composto pelo *corpus* literário brasileiro sobre o qual paira a sombra de Euclides que “por seu formal ou indireto exemplo vai descobrir o Brasil no espelho do Brasil” (*Ibidem*). Este segundo sertão é aquele onde

a cultura brasileira, durante décadas, mais não fará do que ficcionalizar essa ‘sertaneidade’ do mundo brasileiro, a sua realidade (...) do sertão feito de uma pluralidade de sertões, mesmo quando as suas características, quer físicas, quer psicológicas, quer até simbólicas, pouco têm a ver com a paisagem e a vida descritas por Euclides da Cunha. (*Ibid.*: 211)

Lourenço (2001) afirma que J.G.Rosa “descobre a universalidade de um combate (...) que tem como centro cada ser humano e como teatro, o Sertão, assimilado ao mundo inteiro”. O estudioso português indaga, ainda, se não “haveria – há – lugar para um outro Brasil (...) numa ficção que (...) encontrava um filão inesgotável de cenários épicos às avessas” (2011: 214).

Sim, há. Este foi o filão explorado por J.G.Rosa que “vai converter e transfigurar esses dois sertões, palco da história impossível, e contra-história do Brasil, num terceiro sertão.” (*ibid.*: 214), onde podemos reencontrar personagens atuando em paisagens da realidade humano-geográfica brasileira, em cujas narrativas – repetimos e insistimos – estão belos, heroicos e impressionantes exemplos do que faz, ou pode fazer, o homem comum na realidade cotidiana. Esses atores, nós outros – e não apenas os personagens rosianos – somos acometidos de que sentimentos frente ao chamado “sertão” que “está em toda parte”? Temor? Destempero? Pavor? Desespero? Ansiedade? Cagaço? Ou roubo de coragem devido justamente ao momento crucial do grande temor? O que fazer para romper com a barreira do medo e adentrar este sertão para empreender a (necessária) travessia? Preparos para se empreender o percurso podem ser feitos?

Finalmente alertamos – como vimos fazendo reiteradamente ao longo deste texto – que o grande sertão e seus desafios, mais que brasileiro – como pode ser encontrado em estudos de autores brasileiros e portugueses –, este grande sertão parece-nos lusófono, quando voltamos o olhar para a história de aquém e além-mar iniciada há tantos séculos por lusitanos e continuada por orientais, africanos e ameríndios, todos compondo no século XXI esta variegada e – mesmo considerada econômico-socialmente “pobre” – riquíssima e cada vez mais emergente sociedade lusófona. Tal como lembramos na história da ultrapassagem do Bojador no século XV, na aventura de Riobaldo e seu bando pelo sertão, perguntamos se nos resta encarar o “vão-do-Buraco”⁴ e a partir dele, encetar a travessia pelo Liso do Sussuarão, arriscando nos depararmos com as terríveis doenças temidas pelo seu chefe? Ou deveríamos procurar alternativas para empreender a travessia, “o mais longe – pra lá, pra lá, nos ermos” (J.G. Rosa *apud* Lourenço, *ibid.*: 27), e cruzá-lo, “o que ninguém ainda não tinha feito, a gente se sentia no poder fazer” (*ibid.*: 34)?

Esbarrando-nos nos perigosos e desconhecidos vãos, ouvimos atentos a belezura verbal que J.G.Rosa coloca na boca de Riobaldo no momento decisivo do início da travessia: “Mudei meu coração de posto. E a viagem em nossa noite seguia. Purguei a passagem do medo: grande vão eu atravessava” (*idem*: 101). Purgar a passagem do medo, vida afora, sertão adentro, quando e onde devemos, não apenas encarar o cenário e pisar o terreno, mas também encararmo-nos uns aos outros e tentar ver no outro – por mais esquisitice que inspire por sua diferença – o *copain*, aquele com quem se partilha o pão, o companheiro do bando, cuja comunicação, com o terreno comum da lusofonia, na mesma língua escrita por J.G. Rosa que “atravessa as camadas de falas, os tempos de uma língua que se reinventa (ou que ele pode recriar sem fim) para contar histórias de um passado (...) – e que é simplesmente a língua portuguesa, sem sujeito e com todos os sujeitos.” (Lourenço, 2011: 218). Nossa comunicação lusófona, enfim,

4 O vão dos buracos, acidente geográfico de grande riqueza ambiental situado entre o Parque Nacional Grande Sertão-Veredas e o Parque Nacional Serra das Araras, no Norte de Minas Gerais é descrito por J.G. Rosa como sendo um dos possíveis pontos de partida para fazer-se a travessia do Liso do Sussuarão, área desértica, inóspita, praticamente intransponível, mas um percurso estratégico para que o bando de Riobaldo levasse a melhor na guerra de jagunços que ocorreria no sul da Bahia.

que se quer cada vez mais eficaz, não poderia se tornar cada vez mais facilitada para quem a verbalizasse, escrevesse e dela fizesse o melhor uso? Só querer. Querer e aplicar.

Referências

- ANDRADE, C.D. de (1992). *Poesia e Prosa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar.
- COSTA, A. L. M. C. (2013). *A era dos bisbilhoteiros*. *Carta Capital*, ano XIX, n.773, 11.1: 28-33.
- LOURENÇO, E. (2011). *A nau de Ícaro e Imagem e miragem da lusofonia*. São Paulo: Companhia das Letras.
- MACEDO, L. (2013). *Da diversidade do mundo ao mundo diverso da lusofonia: a reinvenção de uma comunidade geocultural na sociedade em rede*. Tese de doutorado em Ciências da Comunicação, Braga: Universidade do Minho. Disponível em <http://repositorium.sdum.uminho.pt/xmlui/handle/1822/28851>. Acesso em 25/12/2014.
- MARTINS, M. L. (2014). Língua Portuguesa, globalização e lusofonia. In N. Bastos (org.), *Língua Portuguesa e Lusofonia* (pp. 15-33). São Paulo, EDUC – IP-PUC.
- MARTINS, M. L. (2011). *Crise no castelo da Cultura: das estrelas para os ecrãs*. Coimbra: Grácio Editor.
- MARTINS, M. L.; Sousa, H. & Cabecinhas, R. (Eds.) (2007). Lusocom: estudo das políticas de comunicação e discursos no espaço lusófono. In: Ledo, M. (Org.). *Comunicación Local no Espazo Lusófono* (pp. 301-310). Santiago de Compostela: Agacom.
- ROSA, J. G. (1994). *Ficção Completa*. V.I e II. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar.
- SANCEAU, E. (2013). *D. Henrique, o Navegador*. Porto: Civilização Editora.